

## 8 — Constituição do júri:

Presidente — Vereador Carlos Alberto Picanço dos Santos  
 Vogais Efectivos — Técnico Profissional de Ambiente de 1ª classe,  
 Mário António Louro Rosário (substituto do presidente) e Encarregado  
 de Pessoal Operário, João Luís Mateus Pires  
 Vogais suplentes — Chefe de Secção, Rosa Maria Cabaço Mendes  
 de Matos e Encarregado de Brigada de Serviços de Limpeza, José Júlio  
 Viegas Calisto

9 — Requisitos gerais — Podem candidatar-se ao concurso os indivíduos vinculados ou não à função pública que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos gerais, fixados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11/07:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho da função;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatórios;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

10 — Requisitos especiais: Possuir a escolaridade mínima obrigatória, sendo para os nascidos após 1 de Janeiro de 1967, o 6.º ano de escolaridade e para os nascidos após 1 de Janeiro de 1981, o 9.º ano de escolaridade.

11 — Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Moita, sita na Praça da República, 2864 — 007 Moita, o qual bem como a documentação que o deve acompanhar, deverá ser entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos/Divisão Administrativa de Pessoal, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 do presente aviso no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número, data e serviço emissor do Bilhete de Identidade, número de contribuinte fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal e telefone ou telemóvel);
- b) Habilitações literárias;
- c) Identificação do concurso a que se candidata, assim como do *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso;
- d) Quaisquer circunstâncias passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal e, neste caso, devidamente comprovados;
- e) Os candidatos com deficiência devem declarar o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como o processo de selecção adequado nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão.

12 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Fotocópia do documento autêntico ou autenticado comprovativo das habilitações literárias.

13 — É dispensada a apresentação dos outros documentos comprovativos dos requisitos exigidos para admissão ao concurso, desde que o candidato declare no respectivo requerimento em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra relativamente às alíneas a), b), d), e) e f) dos requisitos mencionados no n.º 9 deste aviso.

14 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação da documentação comprovativa das suas declarações.

15 — As falsas declarações serão punidas por Lei.

16 — Métodos de selecção: Nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11/07, serão os seguintes:

- a) Prova prática de conhecimentos específicos, com duração tendencial de 1 hora;
- b) Exame médico de selecção de carácter eliminatório;
- c) Entrevista profissional de selecção.

16.1 — A prova prática de conhecimentos será classificada de 0 a 20 valores e constará da abertura de um coval para inunção.

16.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção, constam da acta da reunião do júri do concurso, realizada em 31 de Outubro de 2007, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

16.3 — O exame médico de selecção, terá carácter eliminatório e visará avaliar as condições físicas e psíquicas dos candidatos, tendo em vista determinar a sua aptidão para o exercício da função.

17 — A classificação final será efectuada numa escala de 0 a 20 valores e de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (3 \times PP) + (2 \times EPS) / 5$$

em que:

CF = classificação final;

PP = Prova prática de conhecimentos

EPS = Entrevista profissional de selecção

18 — Em caso de igualdade de classificação será observado o critério de desempate referido no n.º 2 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11/07.

19 — Se ainda subsistir empate após a aplicação do critério acima referido, preferem os candidatos que obtiverem, por esta ordem, melhor classificação na prova de conhecimentos e na entrevista profissional.

20 — A relação de candidatos e a lista de classificação final do concurso, serão afixadas nos Paços do Município, ou publicadas no *Diário da República*, conforme as situações previstas no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11/07.

21 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

22 — Em cumprimento do n.º 1, artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03/02 e nos termos do n.º 3, artigo 3.º do citado diploma, tem preferência em igualdade de classificação, o candidato com deficiência, cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60%.

23 — A abertura do concurso foi precedida da declaração de inexistência proferida pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público/BEP (pedido n.º 8863/ofício n.º 8548, de 31 de Outubro de 2007).

9 de Novembro de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosaria Maria Soares Murça*.

2611066041

#### Aviso n.º 23416/2007

Para os devidos efeitos se torna público, que por despacho do Presidente da Câmara, datado de 05/11/2007, foi aceite o pedido de exoneração, a partir de 05/10/2007, apresentado pelo Cantoneiro de Limpeza, António José Miguel Duarte.

14 de Novembro de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosaria Maria Soares Murça*.

2611066044

#### Aviso n.º 23417/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da Vereadora desta Câmara Municipal Vivina Maria Semedo Nunes, datado de 31 de Outubro de 2007, foi concedida, ao abrigo do n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, licença sem vencimento de 19 de Novembro a 29 de Dezembro de 2007, à técnica superior de 1ª classe — Sociologia desta autarquia, Ludmila Maria Fernandes.

15 de Novembro de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosaria Maria Soares Murça*.

2611066047

### CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

#### Aviso n.º 23418/2007

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho de 24 de Outubro de 2007, no uso da competência que me é conferida pelo artigo 74.º, n.º 1 alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro nomeei Emília Vieira Carvalho Gonçalves para exercer as funções de secretária do gabinete de apoio pessoal ao vereador em regime de tempo inteiro

engenheiro Alfredo Augusto Ferreira Pinto Coelho Mendonça a partir do dia 1 de Novembro corrente.

19 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando Pinto de Moura*.

2611066504

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE-MOR-O-NOVO

### Aviso n.º 23419/2007

#### Concurso externo de ingresso para provimento de três vagas de cantoneiros de limpeza — Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 30 de Outubro de 2007, foram nomeados (as) em Cantoneiros de Limpeza, os (as) candidatos (as) JOÃO CARLOS GUITA, ÁLVARO JOSÉ NOGUEIRA VALADAS e DEOLINDA GERTRUDES ROQUE GALHOFAS, na sequência do concurso acima referenciado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, n.º 127 de 04 de Julho de 2007, os (as) quais deverão tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

O Processo em causa não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. (Não são devidos emolumentos).

8 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá*. 2611066134

### Aviso n.º 23420/2007

#### Nomeação de técnico profissional especialista/artes gráficas

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no n.º1 da alínea a) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 12 de Novembro de 2007, e na sequência de concurso realizado, foi nomeado (a) no lugar de Técnico Profissional Especialista/Artes Gráficas, o (a) candidato (a) ANTÓNIO AUGUSTO MEENDEIRA MOTA, o (a) qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

O Processo em causa não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. (Não são devidos emolumentos).

12 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá*.

2611066126

## CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS

### Rectificação n.º 2019/2007

#### Cessação de comissão de serviço

Para os devidos efeitos se torna público que o aviso n.º 22421/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, de 15 de Novembro de 2007, saiu com a seguinte inexactidão:

Assim, onde se lê «[...] 18 de Setembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*.» deve ler-se «[...] 18 de Outubro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*.».

19 de Novembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*.

2611066111

## CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

### Aviso n.º 23421/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, na sequência de concurso interno de acesso limitado, aberto por aviso datado de 16 de Setembro de 2007 e por despacho do Presidente da Câmara de 12 de Setembro de 2007 se procedeu à nomeação para um lugar de Operário Principal Altamente Qualificado — Soldador, o Sr. Vítor Manuel da Cruz Sousa.

O candidato nomeado deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(P.º não sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas — artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 3, da lei 98/97, de 26 de Agosto).

14 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Telmo Henrique Correia Daniel Faria*.

2611065937

### Aviso n.º 23422/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, na sequência de concurso interno de acesso geral, aberto por aviso datado de 01 de Agosto de 2007 e por despacho do Presidente da Câmara de 19 de Novembro de 2007 se procedeu à nomeação da candidata classificada em primeiro lugar — Ana Sofia Reis Eusébio, Assistente Administrativo Principal, grupo pessoal administrativo.

A candidata nomeada deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Processo não sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas — artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 3, da lei 98/97, de 26 de Agosto).

19 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Telmo Henrique Correia Daniel Faria*.

2611066511

## CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

### Aviso n.º 23423/2007

#### Discussão pública de loteamento

António Manuel Camilo Coelho, presidente da Câmara Municipal do Concelho de Odemira:

Torna público, em cumprimento do disposto nos n.ºs. 2 e 3 artigo 77.º, do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/03 de 10 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, o seguinte:

Em execução do despacho proferido em cinco de Novembro de dois mil e sete, encontra-se aberto pelo prazo de 15 (quinze) úteis, contados a partir do oitavo dia após a publicação no *Diário da República* o período de discussão pública referente ao licenciamento de loteamento de um terreno sito em Brejão, da freguesia de São Teotónio, Concelho de Odemira, respeitante a parte do prédio inscrito na matriz predial Mista sob o artigo 29 Secção S, da freguesia de São Teotónio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odemira sob o n.º 2181/19950912, com a área de 41.015,00 m<sup>2</sup>, propriedade de SAMSAL — Investimentos Imobiliários, L.<sup>da</sup>

O referido processo de loteamento encontra-se patente ao público na Secção Técnica-Administrativa da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, da Câmara Municipal de Odemira, Praça da República, 7630 em Odemira, de segunda a sexta-feira das 9.00h, às 15.30h.

Os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Odemira, expondo fundamentadamente as suas razões de defesa contra as providências que prejudiquem os seus interesses legítimos em particular o de propriedade.

Não serão consideradas as reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo acima estabelecido.

Para constar e devidos efeitos se publicou este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

15 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Camilo Coelho*.

2611066584

### Aviso n.º 23424/2007

#### Discussão pública de loteamento

António Manuel Camilo Coelho, presidente da Câmara Municipal do Concelho de Odemira:

Torna público, em cumprimento do disposto nos n.ºs. 2 e 3 artigo 77.º, do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/03 de 10 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04/06, o seguinte:

Em execução do despacho proferido em doze de Novembro de dois mil e sete, encontra-se aberto pelo prazo de 15 (quinze) úteis, contados a partir do oitavo dia após a publicação no *Diário da República* o período de discussão pública referente ao licenciamento de loteamento de um terreno sito em Brejão, da freguesia de São Teotónio, Concelho de Odemira, respeitante a parte do prédio inscrito na matriz predial sob o artigo 20 Secção S, da freguesia de São Teotónio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odemira sob o n.º3982/20040527, com a área de 30359,65 m<sup>2</sup>, propriedade de SAMSAL — Investimentos Imobiliários, L.<sup>da</sup>